

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA ODESSA - CODEN

CNPJ/MF nº 48.832.398/0001-59 - NIRE: 35.300.021.002

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 (VALORES EM REAIS - ELIMINADOS OS CENTAVOS)

BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	11.924.757	9.815.911	3.881.820	4.850.472
Caixa	3.767	4.562	443.635	402.420
Bancos Conta Movimento	501.397	51.671	1.907.721	1.898.768
Bancos Conta Vinculada	22.010	78	654.774	360.329
Bancos Conta Aplicação	4.698.518	2.250.345	442.428	261.120
Valores a Receber	5.613.364	4.930.623	433.262	1.927.835
Despesas Antecipadas	748.436	2.217.747	1.269.635	1.711.712
Estoques 284.108	306.949		27.718	340.458
Outros Créditos			699.740	831.327
Despesas Até Exercício Seguinte	40.355	40.117	542.177	539.927
	12.802	13.819	42.738.395	31.955.265
NÃO CIRCULANTE	35.965.093	28.701.538	4.125.000	4.125.000
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.007.617	2.321.285	4.125.000	4.125.000
Valores a Receber	411.697	406.935	(375.000)	(375.000)
Despesas Antecipadas	19.453	233.028	4.529.360	4.653.718
Projetos Mun. Plano Ampliação de Sistemas	1.576.467	1.681.322	252	252
INVESTIMENTOS	19.922	19.922	Reserva Legal	655.449
Ações- Incentivos Fiscais e FINOR	19.922	19.922	Reserva de Incentivos Fiscais	1.727
IMOBILIZADO	33.911.570	26.345.127	Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.871.932
Imobilizado	42.441.243	33.942.882	RESERVAS DE LUCROS	22.600.905
(-) Depreciações	(8.529.674)	(7.597.755)	Reserva de Incentivos Fiscais	17.937.328
INTANGÍVEL	25.983	15.204	Reserva de Retenção de Lucros	1.549.894
Intangível - Softwares	69.249	58.029	Reserva de Incentivos Fiscais Subvenções	854.708
(-) Amortizações	(43.266)	(42.825)	Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.258.975
TOTAL DO ATIVO	47.889.850	38.517.449	RESULTADO DO EXERCÍCIO	11.483.130
			Lucro do Exercício à Disposição da AGO	11.483.130
			TOTAL DO PASSIVO	47.889.850
				38.517.449
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
Nota 01 - Contexto Operacional: A "Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN" é uma Sociedade Anônima de Economia Mista Municipal, pessoa governamental, sob o controle acionário da Prefeitura Municipal de Nova Odessa, integrante da Administração Pública Municipal Indireta, criada e constituída nos termos da Lei Municipal nº 606, de 25/02/1977, tendo por objeto a realização de atividades de caráter social, comercial e industrial, diretamente ou através de sociedades idôneas. Nos termos da Lei Municipal nº 752, de 30/06/1980 e demais legislação pertinente, mediante concessão, foram outorgados a CODEN os direitos de implantação, ampliação, administração e exploração, com exclusividade, dos serviços de abastecimento de água, coleta e destino final de esgotos sanitários do Município, na forma prevista nos seus Estatutos Sociais. Nota 02 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras: a) Base de Preparação: As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas em consistência com todos os exames apresentados. b) Base de Mensuração: As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas consoantes às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas posteriores alterações, inclusive aquelas introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, no Regulamento do Imposto de Renda e demais legislação complementar aplicável. c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade. Nota 03 - Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis acham-se assim evidenciadas: (a) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo de até 360 (trezentos e sessenta) dias foram classificados como Circulantes. (b) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias foram classificados como Não-Circulantes. (c) O Ativo Não-Circulante passou a ser composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. (d) O Patrimônio Líquido passou a ser composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e resultado do exercício. (e) Os valores recebidos a partir de 01/01/08 decorrentes de Subvenção para Investimentos foram contabilizados em conta de Receita e seus efeitos tributários foram anulados, mediante exclusão no LALUR para fins de apuração do Lucro Real, embasado pela opção ao Regime Tributário de Transição, instituído através da Lei nº 11.941/09 em seus artigos 15º a 24º. (f) A companhia optou em manter no Passivo Não-Circulante, em conta de Receitas Diferidas, até o seu desaparecimento, os Resultados de Exercícios Futuros constituídos até 31/12/07. (g) A companhia reclassificou as Receitas Não-Operacionais e as Despesas Não-Operacionais para Operacionais, em atendimento à Lei nº 11.941/09. (h) Os depósitos judiciais e o parcelamento do INSS de longo prazo foram ajustados a Valor Presente, sendo a contrapartida dos juros calculados sobre o saldo dos depósitos judiciais lançada em conta de Receitas Diferidas no Passivo Não-Circulante e a contrapartida do ajuste do parcelamento do INSS lançada em conta de resultado, em 2017 a Administração da Companhia optou em não contabilizar o Ajuste a Valor presente referente ao parcelamento do INSS por apresentar diferença entre o valor contabilizado e o relatório da dívida e valores atuais em 31/12/2017 irrelevante. (i) Exceto quanto ao disposto na letra "h" supra, a Companhia não identificou qualquer outra conta relevante que necessitasse ser ajustada a Valor Presente. Quanto aos grupos de contas denominados "Planos Comunitários de Obras Conc", "Planos Comunitários de Obras Concluído N/Ader" e "Plano de Ampliação Sistema Captação Adução T", estes possuem valores correspondentes no Ativo e no Passivo, tornando nulos os efeitos de Ajuste a Valor Presente. (j) A Provisão para Devedores Duvidosos não foi constituída, mormente em face das finalidades essenciais da Companhia se destinarem à exploração, com exclusividade, dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e destino final de esgotos sanitários do Município, sob concessão da Prefeitura Municipal de Nova Odessa. (k) O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95, inclusive pela correção IPC/90. A depreciação foi calculada pelo método linear às taxas permitidas pela legislação aplicável, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício. (l) Os Investimentos, representados por Incentivos Fiscais e FINOR, estão demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95, inclusive pela correção IPC/90. (m) O Passivo Circulante e o Passivo Não-Circulante estão demonstrados por valores conhecidos ou mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. (n) Os Resultados foram apurados pelo regime de competência, conforme legislação pertinente. (o) Os Estoques estão representados por insumos para tratamento de água e esgoto e materiais de consumo. (p) A Companhia promoveu em 2012 o levantamento de seu Ativo Imobilizado. Mediante relatório técnico específico, registrou no Ativo Imobilizado, Conta Contábil "Ajuste de Avaliação Patrimonial" o resultado dos trabalhos na ordem de R\$ 6.130.906,65, tendo como contrapartida uma conta no Patrimônio Líquido. (q) Os valores de "Ajuste de Avaliação Patrimonial", do grupo "Reserva de Capital", estão sendo transferidos para a conta de "Reserva de Ajuste de Avaliação Patrimonial", no grupo "Reservas de Lucros", na proporção de sua depreciação. Nota 04 - Valores a Receber - Circulantes: O saldo desta conta acha-se assim constituído:				
Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Clientes consumidores de água	5.466.037	4.767.715	80.979	65.375
Contratos de Parcelamento Débitos	469.916	485.497	273	---
Títulos em Cobrança Judicial	(322.589)	(322.589)	24.559	24.089
Adiantamento a Fornecedores	7.807	7.317	113.451	111.239
Adiantamentos a Funcionários	66.054	59.230	2.918	2.297
Plano de Adesão Sistema Captação	433.262	1.928.214	306.210	104.745
Cheques a Receber	4.239	4.239	123.292	51.268
Outros Valores a Receber	3.632	3.644	3.093	1.316
TOTALS	6.128.358	6.933.267	654.775	360.329
Nota 05 - Outros Créditos - Circulantes: O saldo desta conta acha-se assim constituído:				
Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Encargos Financeiros a Vencer	233.442	215.103	4.736	10.287
Estoques	284.108	306.949	434.986	248.828
Impostos a Recuperar	2.281	2.281	2.705	2.004
Depósitos Judiciais	33.795	33.795	442.427	261.119
Juros a Receber	4.279	4.041	Nota 14 - Receitas A Realizar: O saldo desta conta acha-se assim constituído:	
Despesas a Apropriar	12.802	13.819	Descrição	31/12/2017
TOTALS	570.707	575.988	PI de Adesão Sistema Captação/Adução	433.262
Nota 06 - Valores a Receber - Não-Circulantes: O saldo desta conta acha-se assim constituído:				
Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos Compulsórios	4.863	4.804	27.718	340.458
Depósitos Judiciais	406.834	402.131	699.740	831.327
PI Com-Obras Concl Aderidos	427.782	429.923	427.782	429.249
PI Com-Obras Concl N/Aderidos	76.175	76.175	76.175	76.848
TOTALS	915.654	913.033	7.199	7.199
			Atualização de Depósitos Judiciais	31.021
			TOTALS	1.269.635
				1.711.711
			Nota 16 - Subvenções para Investimentos: Esta conta refere-se à créditos NÃO REEMBOLSÁVEIS obtidos pela CODEN através do Programa	



continua...

continuação	- Ingresso ocorrido em 2012 2ª. Parcela - 131.167	
	- Ingresso ocorrido em 2012 3ª. Parcela - 77.364	
	- Ingresso ocorrido em 2012 4ª/5ª. Parcela - 97.512	
	- Ingresso ocorrido em 2012 6ª/7ª. Parcela - 377.166	
	- Ingresso ocorrido em 2013 8ª. Parcela - 326.880	
	- Ingresso ocorrido em 2013 9ª. Parcela - 198.974	
	- Ingresso ocorrido em 2013 10ª. Parcela - 132.808	
	- Ingresso ocorrido em 2013 11ª. Parcela - 140.463	
	- Ingresso ocorrido em 2015 12ª. Parcela - 46.251	
	- Ingresso ocorrido em 2015 13ª. Parcela - 50.832	
	- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(223.536)
Contrato nº 0422.113-80/2014, de 10/11/2014		1.206.119
	- Ingresso ocorrido em 2015 1ª. Parcela - 95.077	
	- Ingresso ocorrido em 2015 2ª. Parcela - 248.921	
	- Ingresso ocorrido em 2015 3ª. Parcela - 182.311	
	- Ingresso ocorrido em 2015 4ª. Parcela - 316.468	
	- Ingresso ocorrido em 2015 5ª. Parcela - 111.877	
	- Ingresso ocorrido em 2016 6ª. Parcela - 46.425	
	- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(205.040)
Contrato PCJ - 044794467, de 2014		1.608.374
	- Ingresso ocorrido em 2016 - 1.439.721	
	- Valores não Ingressados até 31/12/2016 - 57.305	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 06/02/17 - 61.769	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 20/06/17 - 49.579	
	- Valores ingressos até 31/12/2017	0
Contrato PCJ - 0459.969.14, de 2015		1.816.667
	- Ingresso ocorrido em 2016 - 1.216.230	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 09/01/17 - 171.035	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 13/03/17 - 43.860	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 17/04/17 - 72.914	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 10/07/17 - 181.865	
	- Ingresso ocorrido em 2017 - 07/08/17 - 130.763	
	- Valores não Ingressados até 31/12/2017	0
Contrato nº 0356.861-47/2011, de 16/12/2011		4.110.094
	- Ingresso ocorrido em 2012 1ª. Parcela - 116.600	
	- Ingresso ocorrido em 2012 2ª. Parcela - 238.594	
	- Ingresso ocorrido em 2012 3ª. Parcela - 253.344	
	- Ingresso ocorrido em 2012 4ª. Parcela - 341.370	
	- Ingresso ocorrido em 2012 5ª. Parcela - 277.713	
	- Ingresso ocorrido em 2012 6ª. Parcela - 72.160	
	- Ingresso ocorrido em 2013 6ª. Parcela Completa - 216.480	
	- Ingresso ocorrido em 2013 7ª. Parcela - 315.933	
	- Ingresso ocorrido em 2013 8ª. Parcela - 256.178	
	- Ingresso ocorrido em 2013 9ª. Parcela - 270.943	
	- Ingresso ocorrido em 2013 10ª. Parcela - 383.916	
	- Ingresso ocorrido em 2013 11ª. Parcela - 157.190	
	- Ingresso ocorrido em 2014 12ª. Parcela - 255.557	

RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE - Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da “Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN”, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da “Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN” em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a “Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da “Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN” correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016 foram por nós auditadas que, em 08/03/2017, emitimos relatório sem ressalvas sobre essas demonstrações contábeis. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No presente caso, não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração

- Ingresso ocorrido em 2014 13ª. Parcela - 50.864	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(903.252)
Contrato nº 0385.889-78/2012, de 04/07/2012	1.471.890
- Ingresso ocorrido em 2013 1ª. Parcela - 54.766	
- Ingresso ocorrido em 2013 2ª. Parcela - 239.489	
- Ingresso ocorrido em 2013 3ª. Parcela - 176.660	
- Ingresso ocorrido em 2013 4ª. Parcela - 302.536	
- Ingresso ocorrido em 2013 5ª. Parcela - 204.988	
- Ingresso ocorrido em 2013 6ª. Parcela - 339.544	
- Ingresso ocorrido em 2014 7ª. Parcela - 119.939	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(33.968)
Contrato nº 0351.077-37/2011, de 01/08/2013	513.983
- Ingresso ocorrido em 2013 1ª. Parcela - 14.636	
- Ingresso ocorrido em 2014 2ª. Parcela - 42.615	
- Ingresso ocorrido em 2014 3ª. Parcela - 19.181	
- Ingresso ocorrido em 2014 4ª. Parcela - 51.524	
- Ingresso ocorrido em 2015 5ª. Parcela - 20.610	
- Ingresso ocorrido em 2015 6ª. Parcela - 95.112	
- Ingresso ocorrido em 2015 7ª. Parcela - 44.966	
- Ingresso ocorrido em 2015 8ª. Parcela - 14.656	
- Ingresso ocorrido em 2016 9ª. Parcela - 40.596	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(170.087)
Contrato nº 0385.890-05/2012, de 04/07/2012	1.934.958
- Ingresso ocorrido em 2013 1ª. Parcela - 345.732	
- Ingresso ocorrido em 2013 2ª. Parcela - 221.739	
- Ingresso ocorrido em 2013 3ª. Parcela - 323.775	
- Ingresso ocorrido em 2013 4ª. Parcela - 224.352	
- Ingresso ocorrido em 2013 5ª. Parcela - 336.935	
- Ingresso ocorrido em 2014 6ª. Parcela - 139.871	
- Ingresso ocorrido em 2015 7ª. Parcela - 309.719	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(32.835)
Contrato nº FEHIDRO - 238/2011, de 23/09/2011	920.078
- Ingresso ocorrido em 2013 1ª. Parcela - 494.336	
- Ingresso ocorrido em 2015 7ª e 8ª. Parcela - 395.469	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 30.273	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	0
Contrato FEHIDRO nº 464/2015 - PCJ COB -137	6.058.222
- Ingresso ocorrido em 2017 - 17/01/2017 - Parcela - 1.141.631	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 20/07/2017 - Parcela - 2.540.889	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	(2.375.702)
Contrato nº 0473.714-24/2016/PCJ	4.655.465
- Ingresso ocorrido em 2017 - 22/05/2017 - Parcela - 01 - 249.172	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 19/06/2017 - Parcela - 02 - 701.094	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 17/07/2017 - Parcela - 03 - 360.659	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 28/08/2017 - Parcela - 04 - 408.091	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 25/09/2017 - Parcela - 05 - 244.119	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 23/10/2017 - Parcela - 06 - 552.146	

ção e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação

- Ingresso ocorrido em 2017 - 04/12/2017 - Parcela - 07 - 304.321	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 22/12/2017 - Parcela - 08 - 356.106	
- Ingresso ocorrido em 2014 - 28/07/2017	
- Parcela - 02 - 643.912	(1.449.757)
Contrato nº 007-2012- BB - REÁGUA	(2.012.226)
- Ingresso ocorrido em 2014 - 22/05/2014 - Parcela - 01...241.467	
- Ingresso ocorrido em 2014 - 28/07/2014 - Parcela - 02...643.912	
- Ingresso ocorrido em 2014 - 01/08/2014 - Parcela - 03...321.956	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 28/05/2017 - Parcela - 04...482.934	
- Ingresso ocorrido em 2017 - 06/06/2017 - Parcela - 05...321.956	
- Valores não Ingressados até 31/12/2017	0
TOTAL DE CRÉDITOS OBTIDOS:	24.271.064
- Total de Valores não Ingressados até 31/12/2017	(5.471.114)
TOTAL DE INGRESSOS ATÉ 31/12/2017	18.799.950
Nota 17 - Contingências: Devido à incerteza quanto ao desfecho e aos montantes relativos às ações em curso envolvendo a CODEN, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus Advogados e consultores jurídicos, decidiu não constituir neste exercício Provisão para cobertura de eventuais perdas. Nota 18 - Capital Social: O Capital Social Integralizado da CODEN é de R\$ 4.125.000, dividido em 189.096.666 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, sendo que aproximadamente 99,966% é detido pela acionista controladora Prefeitura Municipal de Nova Odessa. Nota 19 - Demonstrações Financeiras Comparativas: Os efeitos produzidos pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, estão refletidos nas Demonstrações Financeiras de 2017. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de forma comparativa aos valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016.	
RICARDO ONGARO - Diretor Presidente	
BRUNER ANTONIO FELICIANO - Diretor Financeiro	
WAGNER ANFORA - Técnico Contábil - CRC - SP 1SP105338/O-3	
“PARECER DO CONSELHO FISCAL”	
Os atuais Membros Efetivos integrantes do Conselho Fiscal da “Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa - CODEN”, abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017. Com base nesse exame e no Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis, bem como em verificações procedidas e em esclarecimentos oferecidos pela Administração da empresa, os membros do Conselho Fiscal são de Parecer que ditos papéis refletem com exatidão os negócios sociais, pelo que recomendam a sua aprovação pela Assembleia Geral que sobre eles vier a se manifestar. Nova Odessa, SP, 08 de março de 2018.	
Marcelo de Arruda Leme - CPF (MF) nº 057.440.208-2	
Júlio César Camargo - CPF (MF) nº 123.737.488-00	
Wagner Fausto Moraes - CPF (MF) nº 027.675.348-85	

do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam causar **dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.** Se concluirmos que existe incerteza relevante, chamamos a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluímos modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de Março de 2018.

PEREIRA GARCIA ACESSORIA, AUDITORIA & CIA.

CRC nº 2-SP. 013.622/0-9

Carlos Roberto Pereira Garcia

Diretor Responsável - Contador CRC nº 1-SP.122.850/0-9

A população de Nova Odessa pagou por este anúncio R\$ 25.047,75

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251

AVISO AOS ACIONISTAS

Hypera S.A. (“Hypera” ou “Companhia”), em atendimento ao disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, nos Artigos 9, 11, 12 e 13 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor, e nos Artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada e em vigor, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 19.04.2018, às 10:00 horas, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (site da B3: www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (<http://hypera.riweb.com.br>), a partir desta data, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, com Parecer da KPMG Auditores Independentes e das demais informações e documentos necessários foram feitas no jornal “Valor Econômico”, nas edições de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 27 de fevereiro de 2018, e a primeira publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será feita no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Valor Econômico”, nas edições de São Paulo e Rio de Janeiro, na data de amanhã, na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 19 de março de 2018

Hypera S.A.

Breno Toledo Pires de Oliveira

Diretor Executivo Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores

PAN Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 - NIRE 35.300.047.541

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **PAN Seguros S.A.** (“Companhia”), por meio do seu Conselho de Administração, convoca seus acionistas para se reunirem na sua sede social, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.374, 13º andar, Bela Vista, 01310-100, no dia **29 de Março de 2018**, às **10 horas e 30 minutos**, em primeira convocação, com a presença 2/3 das ações, e às **11 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais uma ação, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2017 e distribuição dos dividendos; e (iii) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Informações Gerais:** Os representantes legais e procuradores dos acionistas que desejarem comparecer à Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”) devem depositar na sede da Companhia os respectivos instrumentos de representação até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da realização da Assembleia, observando as disposições legais aplicáveis. Os representantes dos acionistas que assim desejarem, poderão participar da Assembleia por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, e poderão enviar antecipadamente seus votos por fax, e-mail ou outra forma que possibilite identificar sua autoria, sendo considerados presentes os acionistas que assim procederem. Uma vez recebido o voto, o Presidente da mesa ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da Assembleia em nome do referido acionista. São Paulo, 16 de março de 2018. Paulo Eduardo Cabral Furtado - **Presidente do Conselho de Administração.**

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, IBIÚNA E REGIÃO ELEIÇÕES SINDICAIS - EDITAL DE CONVOCÇÃO

Pelo presente Edital, faço saber que nos dias 13 e 14 de Junho de 2018, no período das 8h às 17h, na sede social do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Estância Turística de São Roque, Ibiúna e Região sito à Professor Germano Negrini, nº 150, 1º piso sala 74-D, São Roque Shopping Center, Centro, São Roque, São Paulo, CEP 18130-450, serão realizadas eleições para composição da Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes ao Conselho da Federação e da Confederação a que está filiada esta entidade, bem como dos respectivos suplentes, ficando aberto o prazo de 03 (três) dias para o Registro de Chapa, contando da data da publicação deste Edital e de acordo com o Estatuto Social deste Sindicato. O requerimento de todos os documentos exigidos para o registro, será dirigido ao Presidente da entidade, podendo ser assinado por qualquer dos candidatos componentes da chapa. A Secretaria do Sindicato funcionará no período destinado ao registro de chapas, no horário das 10h às 16h, onde se encontrará à disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral e fornecimento do correspondente recibo. A impugnação de candidaturas deverá ser feita no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da publicação da relação das chapas registradas. Caso não seja obtido quorum em primeira convocação, a eleição, em segunda votação, será realizada nos dias 19 e 20 de Junho de 2018. Em caso de empate, realizar-se-á nova votação nos escrutínios subsequentes, limitada ao pleito às chapas empatadas. O edital de itinerário das mesas coletoras será publicado no Diário Oficial do Estado ou Boletim informativo do Sindicato, até 03 (três) dias que antecedem as Eleições. São Roque, 22 de Março de 2018.

RONALDO AMARO DA SILVA - Presidente

OTAPAN - EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

CNPJ. 46.553.566/0001-41

Edital de Convocação de Reunião Anual de Sócios

Ficam os senhores quotistas e o Espólio de Maria Aparecida Esper Andere, convocados para se reunirem em Reunião Anual de Sócios da empresa OTAPAN - EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA, a ser realizada no dia 26 de abril de 2018, às 11:00 horas na Rua Libero Badaró nº 425 - 20º andar - Conjuntos 203/204 - Centro - CEP 01009-000 - São Paulo - Capital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) - Aprovação das contas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; b) - Destinação dos lucros auferidos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Otapan - Empreendimentos e Administração Ltda.

Otávio Andere Filho - Administrador

